

O caráter histórico da democracia em Marx e Engels: do Manifesto à Comuna de Paris de 1871

Mateus Tuzzin de Oliveira*

Na segunda seção do *Manifesto*, publicado em 1848, intitulada “Proletários e comunistas”, Marx e Engels escreveram: “Vimos antes que a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 57). Nesse panfleto, portanto, os autores podiam tranquilamente declarar como objetivo político do proletariado a luta pela democracia, erigida a um dos primeiros passos, sem com isso proferir nenhuma novidade ou, como exprimiu Rosenberg (1986, p. 46), “[...] sem o temor de provocar equívocos ou confusões entre as massas.” Assim, a luta anticapitalista, programa máximo dos comunistas, tinha na luta democrática um de seus significativos momentos. Cerca de quatro anos depois, quando da publicação do *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, obra que se dedicava ao desenvolvimento político da França desde 1848, Marx escrevia

[...] o democrata, por representar a pequena burguesia, ou seja, *uma classe de transição*, na qual os interesses de duas classes perdem simultaneamente suas arestas, imagina estar acima dos antagonismos de classes em geral. Os democratas admitem que se defrontam com uma classe privilegiada, mas eles, com todo o resto da nação, constituem o *povo*. O que eles representam é o *direito do povo*; o que interessa a eles é o *interesse do povo*. Por isso, quando um conflito está iminente, não precisam analisar os interesses e posições das diferentes classes. Não precisam pesar seus próprios recursos de maneira demasiado crítica. Têm apenas que dar o sinal e o *povo*, com todos os seus inexauríveis recursos, cairá sobre os *opressores*. Mas se na prática seus interesses mostram-se sem interesse, e sua potência, impotência, então ou a culpa cabe aos sofistas perniciosos, que dividem o *povo indivisível* em diferentes campos hostis, ou o exército estava por demais embrutecido e cego para compreender que os puros objetivos da democracia são o que há de melhor para ele, ou tudo fracassou devido a um detalhe na execução, ou então um imprevisto estragou desta vez a partida. (MARX, 1974c, p. 359)

O que mudou na percepção de Marx (e presumivelmente, de Engels) sobre a democracia depois de 1848, no caminho que vai da publicação do *Manifesto* ao *Dezoito Brumário*? Quais razões conduziram ao novo enfoque, aprofundado, sobre a orientação dos democratas? Esse trecho mostra-se essencial para nossa exposição por diferentes razões. Em primeiro lugar, Marx identificou claramente uma raiz classista na defesa da democracia. Ideologicamente, a luta pela democracia se alinhava aos interesses e constituía a bandeira da pequena burguesia. Esta seria uma classe de transição, na medida em que se achava espremida

* Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

entre o medo da proletarização e a vontade de aburguesamento. A explicação de Marx para a ideologia democrática pequeno burguesa era classista: por ocupar uma posição específica na estrutura de classes, abaixo da grande e média burguesia, a pequena burguesia aproximava-se do proletariado e apresentava seus interesses como sendo os de todo o povo. Adicionalmente, no trecho citado ficou esclarecido que a noção de *povo*, para Marx, surgia empregada por esse estrato de maneira mistificadora, pois escamoteava os conteúdos de classe e, conseqüentemente, os antagonismos presentes nas lutas políticas. Desse modo, identificamos a presença de um *subjetivismo* no ponto de vista do democratismo pequeno-burguês, tanto pelo fato de seus representantes se atribuírem uma posição exterior às lutas de classe quanto por superestimarem, na análise da situação, a força das circunstâncias e a influência dos elementos externos às suas fileiras. Assim, cremos ser possível destacar que, para Marx, na avaliação que faz do modo de proceder democrático pequeno-burguês encontram-se duas conseqüências: uma crônica incapacidade de *autocrítica* e a presença de uma determinada *ingenuidade* nos assuntos relacionados à política.

A ideia de povo indivisível e de interesse de toda a nação, alimentada pelos democratas pequeno-burgueses, era considerada por Marx uma abstração incompatível com a realidade das sociedades de classe. Essa característica de sua teoria distanciava-o do entendimento encontrado na obra política de Rousseau, por exemplo. Em parte, tal nuance se explica por terem os pensadores diante de si realidades histórico-sociais distintas. A época de Rousseau era ainda a época de afirmação do mundo burguês, com seu rol de conseqüências, contra as quais ele reagiu do ponto de vista dos despossuídos, dos grupos e classes sociais afetados negativamente pelo desenvolvimento capitalista, especialmente os pequenos camponeses e artesãos. O proletariado industrial, no entanto, dava ainda seus primeiros passos. Apesar de corretamente identificar o incremento das desigualdades sob a época capitalista, Rousseau ainda não apoiava a luta pela emancipação e o estabelecimento de uma ordem social legítima em uma classe social específica, e por isso tendia a exprimir a dinâmica da luta de classes nos termos de uma separação entre ricos e pobres.

Com Marx, a ótica tornou-se distinta. Vivendo à época do mundo convulsionado pela dupla revolução, Marx pôde acompanhar o surgimento dos movimentos políticos e sociais da classe operária e a validade e/ou inadequação das bandeiras democráticas. Em sua teoria social, eminentemente revolucionária, Marx apoiou sua interpretação da sociedade capitalista na noção de luta de classes. Essa noção simbolizou uma das três partes constitutivas do que veio a ser

designado por marxismo. Conforme o título de um breve texto de Lênin publicado em 1913¹, a luta de classes pode inclusive ser apresentada como uma das três fontes da concepção marxista do mundo. E suas implicações assim foram por ele resumidas nesse escrito:

Nenhum país capitalista se formou sobre uma base mais ou menos livre, mais ou menos democrática, sem uma luta de morte entre as diversas classes da sociedade capitalista. O gênio de Marx está em ter sido o primeiro a ter sabido deduzir daí a conclusão implícita na história universal e em tê-la aplicado conseqüentemente. Tal conclusão é a doutrina da *luta de classes*. (LENIN, 1982b, p. 38)

Da mesma forma, o emblemático começo do *Manifesto do Partido Comunista* trazia as seguintes palavras: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 40). Assim, a perspectiva classista pode ser apontada como um dos importantes elementos distintivos da compreensão marxista da questão democrática em relação ao entendimento presente na teoria política de Rousseau.

Não apenas a presença de uma teoria da luta de classes e a aposta no proletariado enquanto classe social revolucionária, mas a própria concepção de humanidade recebe contornos distintos do que nos expoentes da teoria clássica da democracia, como Rousseau. Com efeito, a partir de Marx, diferentemente da tradição contratualista, dificilmente pode-se sustentar a ideia de uma *natureza ou essência humana*, desvinculada das relações sociais, além ou aquém das mesmas. Isto significa que, para Marx, não se coloca a questão de saber se existe um estado anterior do homem, pré-social (estado de natureza), que a certa altura cede lugar a outro estado (estado civil), social, que conserva ou transforma as características presentes no estado anterior. Essa percepção, aliás, formou um dos pontos de divergência de Marx para com a filosofia materialista de Ludwig Feuerbach (1804-1872), na altura dos anos 1845-1846, quando ele e Engels escreveram *A ideologia alemã*.

A partir de seus estudos e críticas da religião, Feuerbach havia terminado por dissolver a essência religiosa na essência do ser humano real, concretamente existente, e levado a uma determinação de ser humano genérico. Nas *Teses sobre Feuerbach*, conjunto de anotações críticas de Marx sobre a filosofia do autor, publicadas por Engels em 1888, constava da sexta tese a seguinte elaboração: “Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência *humana*. Mas a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais.” (MARX; ENGELS, 2009, p. 125) Bem entendido: Marx e

¹ O texto *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo* apareceu na revista bolchevique *Prosvchtchénie* (Educação) em 1913, no contexto da efeméride do trigésimo ano desde a morte de Marx, falecido em 1883.

Engels criticaram em Feuerbach a dimensão a-histórica de sua filosofia, que o conduzia a apreender de forma abstrata a atividade humana, reduzindo-a a contemplação. Baseados nessa crítica, os dois revolucionários alemães assentaram os fundamentos de uma nova concepção da atividade humana, designada posteriormente como *materialismo histórico*. Para eles, os seres humanos contraíram determinadas relações sociais e organizaram-se em sociedade de acordo com o modo de produzir e reproduzir sua existência ao longo da história. Isto significa que a produção, e o trabalho, que é o modo pelo qual os seres humanos se apropriam da natureza e a colocam a seu serviço, constituíram os fundamentos da concepção materialista da história de Marx e Engels. Assim é que na primeira parte d'*A ideologia alemã*, por exemplo, lê-se: “Como exteriorizam sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que produzem e também com o como produzem.*” (MARX; ENGELS, 2009, p. 24-25)²

A nova concepção da atividade humana na história esposada por Marx e Engels em 1845-1846 acompanhou-os no correr das décadas posteriores. Mesmo nos estudos que levaram à elaboração d'*O capital* e dos quais sobreviveram anotações dos anos 1857-1858, publicadas integralmente apenas em 1939 sob o título *Esboços da crítica da economia política*³, Marx sustentava concepções distintas das de Feuerbach e dos autores contratualistas, como Rousseau. Ali se expunha que o indivíduo isolado, que os iluministas e os expoentes da economia política inglesa clássica consideravam “[...] como ponto de partida da História, porque o consideravam como um indivíduo conforme a natureza [...]” (MARX, 1974a, p. 109), passou a ser entendido por Marx como uma mistificação partilhada pelos pensadores mais representativos do século XVIII. Mistificação tornada possível pelas condições históricas e sociais abertas com a emergência da época burguesa, isto é, o modo de produção capitalista. Durante essa época, o espetacular desenvolvimento das forças produtivas materiais correspondeu, no terreno do pensamento, à percepção de que os seres humanos podiam valer-se do meio social com vistas

² Conforme também a conhecida síntese que Marx apresenta de sua concepção no prefácio ao texto *Para a crítica da economia política*: “[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (MARX, 1974b, p. 135-136)

³ Em alemão, na edição original: *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf)*.

à puramente satisfazer suas necessidades privadas. Alinhando-se a um entendimento que remontava a Aristóteles⁴, Marx, pelo contrário, sustentava que

O homem é no sentido mais literal, um *zoon politikon*, não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade. A produção do indivíduo isolado fora da sociedade – uma raridade, que pode muito bem acontecer a um homem civilizado transportado por acaso para um lugar selvagem, mas levando consigo já, dinamicamente, as forças da sociedade – é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam *juntos* e falem entre si. (MARX, 1974a, p. 110)

Assim, temos outro ponto de distinção do marxismo em relação ao liberalismo e aos expoentes da teoria clássica da democracia como Rousseau: a mais enfática afirmação da historicidade das relações sociais e atividades humanas.⁵

Outro momento onde podemos identificar o valor limitado e histórico conferido na vida e obra de Marx e Engels à questão democrática, e como esta se distancia do objetivo dos comunistas, acha-se em sua reação à experiência da Comuna de Paris, que teve lugar na França entre 18 de março a 28 de maio de 1871. A Comuna foi a primeira tentativa organizada de conquista do poder político pelos trabalhadores. A França, palco do movimento, havia atravessado o período correspondente ao Segundo Império (1852-1870), de Napoleão III – que Marx ridicularizou n’*O Dezoito Brumário* –, e após a queda deste em virtude das vitórias prussianas no conflito militar que então se desenvolvia⁶, proclamou-se uma nova república, que ficou conhecida por Terceira República Francesa e cuja hegemonia política foi exercida por moderados. Tais facções da política nacional francesa, que haviam derrubado Napoleão III, segundo Hobsbawm (2015b, p. 262) “[...] continuaram a guerra sem vontade, e desistiram ao perceber que a única resistência possível implicava a mobilização revolucionária das massas,

⁴ Cf. Aristóteles (2000, p. 146): “Por conseguinte, é evidente que o Estado é uma criação da natureza e que o homem é, por natureza, um animal político. E aquele que por natureza, e não por mero acidente, não tem cidade, nem Estado, ou é muito mau ou muito bom, ou sub-humano ou super-humano [...]. É evidente que o homem é um animal mais político do que as abelhas ou qualquer outro ser gregário.”

⁵ Não temos aqui o espaço para desenvolver as implicações dessa característica central do marxismo, que levou autores a nomeá-lo inclusive como um *historicismo absoluto*. Basta-nos, para esse aspecto, citar que um autor como Louis Althusser considerou a elaboração do materialismo histórico nos anos 1845-1846 como a concretização de uma nova ciência: “O que se anunciava nas *Teses sobre Feuerbach*, era, na linguagem necessariamente filosófica de uma declaração de ruptura com toda a filosofia ‘interpretativa’, uma coisa bem diferente de uma nova filosofia: uma ciência nova, a ciência da história, de que Marx vai estabelecer os fundamentos, ainda extremamente frágeis, em *A Ideologia Alemã*. [...] Marx inicia uma nova ciência, isto é, elabora um sistema de novos conceitos científicos, onde antes só havia a ordenação de noções ideológicas. Marx funda a ciência da história, onde não existiam senão filosofias da história.” (ALTHUSSER, 1970, p. 29, 30)

⁶ De 19 de julho de 1870 a 10 de maio de 1871, a França esteve em conflito com a Prússia, na chamada Guerra Franco-Prussiana, que terminou com a derrota francesa e a formulação do Tratado de Frankfurt, cuja principal cláusula consistia na anexação do território da Alsácia-Lorena por parte da Prússia (posteriormente Império Alemão), um dos fatores de deflagração da Primeira Guerra Mundial.

uma outra república social jacobina.” Nesse contexto, Paris sofreu o cerco de tropas prussianas e o poder político efetivo passou a ser exercido pelos prefeitos dos distritos (*arrondissements*) e integrantes da Guarda Nacional⁷, recrutados entre setores subalternos. A partir daí, o governo republicano recém estabelecido tentou o desarmamento da Guarda, atitude que provocou a formação da Comuna, no modelo de uma organização municipal independente baseada em Paris. As forças governamentais, por sua vez, agruparam-se em Versalhes e conduziram esforços para reprimir e terminar com a existência da iniciativa revolucionária dos *communards*. O governo que estes trabalhadores haviam estabelecido em Paris contava com número muito inferior de apoiadores e estava assim condenado ao desaparecimento. Não apenas cercados e em condição numericamente desvantajosa se encontravam os membros da Comuna, mas submetidos a uma campanha internacional de difamação e propaganda negativa. (HOBBSAWM, 2015b, p. 260) Assim, mais ou menos dois meses após sua formação e tentativa de resistência, e depois de formidáveis massacres, a Comuna de Paris foi enfim sufocada pelas tropas *versalhesas*.⁸

Forças populares de extrações diversas apoiaram a Comuna nos quase dois meses de sua existência; o grosso dos elementos, contudo, incluindo seus quadros dirigentes, era constituído por operários de diversos setores da atividade produtiva. Politicamente, os líderes do movimento podiam ser considerados democratas radicais pequeno-burgueses de diferentes colorações, consideravelmente influenciados pelas ideias de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). Nos métodos de governo e medidas políticas adotadas durante sua existência, dificilmente a Comuna podia ser considerada já um experimento de caráter socialista. O espírito que animava os operários parisienses era certamente democrático, no sentido do democratismo pequeno-burguês, e não propriamente anti-capitalista:

Na realidade, os operários de Paris não pensavam então, como demonstra a história da Comuna, na realização imediata do socialismo. Eram partidários, acima de tudo, da segurança da república democrática no sentido burguês, da criação da autonomia administrativa local e de uma total liberdade de movimento para as massas populares. (ROSENBERG, 1986, p. 195).

⁷ Sobre a Guarda Nacional, veja-se Rosenberg (1986, p. 191): “A Guarda Nacional parisiense, constituída durante a guerra, era um verdadeiro exército operário com mais de 100.000 homens, bem armados com fuzis, canhões e todo tipo de material bélico.”

⁸ Para esse aspecto do confronto, Hobsbawm (2015b, p. 262) apresentou os seguintes números: para as forças de Versalhes, entre mortos e desaparecidos contaram-se em torno de 1.100 indivíduos. Somados a estes, cerca de cem reféns executados pelos *communards*. Para as forças da Comuna de Paris, mais de 43 mil prisioneiros, cerca de 10 mil sentenciados e em torno de 17 mil mortos admitidos pelas forças governamentais. Cf. também Rosenberg (1986, p. 200)

Essa orientação democrática e pequeno-burguesa transparecia claramente na forma vacilante da luta conduzida pelos *communards* tão logo estabeleceram seu governo em Paris: em lugar de imediatamente organizar e dirigir a repressão contra as forças de Versalhes, organizaram-se eleições e cuidaram-se de questões puramente administrativas.⁹ Assim, em se tratando da perspectiva marxista e comunista, o principal legado da Comuna consistiu na lição fornecida aos revolucionários futuros quanto às condições de autogoverno dos trabalhadores ao assumir o controle do aparelho estatal, antes que na efetividade e exemplaridade da experiência. (HOBSBAWM, 2015b, p. 260; ROSENBERG, 1986, p. 198)

Até as vésperas da deflagração do movimento dos operários em Paris, a análise que Marx e Engels faziam da situação era resolutamente contrária a qualquer ação política imediata por parte dos trabalhadores. Eram os anos da Associação Internacional dos Trabalhadores, organização política fundada em 1864 que visava representar os interesses da classe operária além das fronteiras nacionais, e que ficou conhecida como Primeira Internacional. Marx era um dos membros do Conselho Geral da Associação. Nessa qualidade, era responsável pela redação de mensagens sobre a situação política francesa que exprimissem o posicionamento da organização. Em uma dessas mensagens, datada de 9 de setembro de 1870, no contexto da Guerra Franco-Prussiana e da recente proclamação da Terceira República, podemos identificar o quanto o autor de *O capital* era cauteloso na avaliação das possibilidades da classe trabalhadora naquele contexto de guerra e ocupação:

A classe trabalhadora francesa se move, portanto, sob circunstâncias de extrema dificuldade. Qualquer tentativa de prejudicar o novo governo na presente crise, quando o inimigo está prestes a bater às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. Os operários franceses devem cumprir seus deveres como cidadãos, mas, ao mesmo tempo, não se devem deixar dominar pelos *souvenirs* nacionais do Primeiro Império. Eles não têm de recapitular o passado, mas sim edificar o futuro. Que eles aperfeiçoem, calma e decididamente, as oportunidades da liberdade republicana para a obra de sua própria organização de classe. (MARX, 2011, p. 32)

A posição de Marx e Engels procurava espelhar a delicadeza da situação em que se encontravam os trabalhadores franceses; para eles, qualquer ação operária no sentido de uma tomada imediata do poder político poderia ser facilmente esmagada. Rosenberg (1986, p. 193-194) citou uma carta de Engels a Marx, datada de 12 de setembro de 1870, onde se afirmava explicitamente que um levante dos operários desembocaria numa situação de derrota para o

⁹ A esse título, uma vez mais, Rosenberg foi percuciente: “Ao invés de marchar sobre Versalhes, o governo de Paris convocou, em primeiro lugar, as eleições para a administração da cidade!” (ROSENBERG, 1986, p. 198).

movimento em geral, e por isso devia ser evitado.¹⁰ Após a proclamação da República, os dois revolucionários condicionavam a atuação política do proletariado parisiense à conquista de um tratado de paz com a Prússia de Otto von Bismarck (1815-1898). Para eles, um levante contra a república dos moderados e contrarrevolucionários, recém proclamada, no contexto de uma França ocupada, consistiria numa aventura que não se poderia sustentar. Os eventos de março de 1871, no entanto, precipitaram-se e levaram os trabalhadores ao poder em Paris. Pela primeira vez na história, a classe trabalhadora havia conquistado o poder político e assumia o controle da máquina estatal burguesa. Isso colocou, também pioneiramente, a questão concreta do encaminhamento a ser dado a esse enorme aparelho. Marx e Engels, apesar das divergências estratégicas e de princípio, saudaram o advento da Comuna. O primeiro dedicou inclusive um volume no calor da hora para fazer-lhe a defesa e narrar, segundo a perspectiva do materialismo histórico, o contexto daquilo que designou por *A guerra civil na França*.

Esse texto ampliou e desenvolveu a visão marxista dos problemas do Estado, da tomada do poder político pelos trabalhadores e o programa de transição ao socialismo. Ao escrever: “Mas a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins” (MARX, 2011, p. 54), Marx ecoou uma posição de princípio já exposta em textos como *O Dezoito Brumário*. Nesse particular, outrossim, tal como havia ocorrido no período que vai do *Manifesto* ao *Dezoito Brumário*, o entendimento teórico se enriqueceu com a experiência histórica prática dos trabalhadores. No *Manifesto do Partido Comunista*, além de colocar a conquista da democracia como etapa no caminho da edificação socialista, o aparelho estatal ainda era compreendido segundo a formulação clássica, na qual “O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 42). Quando da redação do *Dezoito Brumário*, entretanto, a concepção de Marx relacionada aos assuntos do Estado tornou-se matizada e recebeu novos desenvolvimentos. Destes, o mais significativo pode ser sintetizado na ideia de que, desenvolvendo-se o Estado moderno no sentido da afirmação crescente e burocratização dos mecanismos de manutenção do poder

¹⁰ “Após a paz, os operários terão mais *chances* favoráveis do que antes. Porém, será que não se deixarão arrastar novamente sob a pressão do ataque externo, procurando a república social nas vésperas da tomada de Paris? Seria terrível se os exércitos alemães tivessem que realizar uma luta de rua com os operários parisienses como último ato de guerra. Seria um retrocesso de cinquenta anos.” (ENGELS *apud* ROSENBERG, 1986, p. 194)

burguês, não bastava ao proletariado apoderar-se da máquina estatal e utilizá-la tal qual havia a conquistado.¹¹

Portanto, no caminho que foi de 1852, quando da publicação do *Dezoito Brumário*, a 1871, com o aparecimento de *A Guerra Civil na França*, ocorreu um movimento teórico nas concepções de Marx e Engels, baseado nos processos histórico-sociais reais, que os afastou ainda mais da posição assumida pelos defensores da democracia e da teoria democrática. A afirmação pura e simples da república, do sufrágio universal e do governo exercido em nome do interesse de todo o povo demonstrou sua insuficiência com a experiência da Comuna. Em carta enviada a Wilhelm Liebknecht (1826-1900), datada de 6 de abril de 1871, Marx explicitou o que permaneceu sombreado em *A Guerra Civil na França* – obra que tinha em vista os objetivos da agitação política e portanto estava mais enfaticamente comprometida com a defesa da Comuna –: a vacilação dos *communards*, imbuídos das concepções pequeno-burguesas, em instaurar a ditadura revolucionária do proletariado *contra* as forças burguesas colocou a perder a oportunidade de consolidação do poder operário. Marx resumiu a dois motivos centrais a derrota dos partidários da Comuna:

[...]1) porque simploriamente não quiseram iniciar a *guerra civil*, como se Thiers [líder político das forças *versalhesas*] já não a tivesse iniciado com sua tentativa de desarmar violentamente Paris, como se a Assembleia Nacional, apenas chamada a decidir sobre a guerra ou a paz com os prussianos, não tivesse imediatamente declarado guerra à *República*. 2) Não querendo assumir a aparência de um poder usurpado, perderem valiosos momentos (deviam ter se dirigido imediatamente a Versalhes após a derrota [...]). (MARX, 2011, p. 207)

Assim, temos visto o modo pelo qual Marx e Engels lançaram as bases de sua teoria política e social, erigida de acordo com a experiência histórica dos trabalhadores e situada, em relação ao problema da democracia, na equidistância tanto da concepção liberal-burguesa quanto daquela alinhada aos interesses pequeno-burgueses.

¹¹ “Esse Poder Executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais meio milhão de tropas regulares, esse tremendo corpo de parasitos que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros, surgiu ao tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar. [...] A primeira Revolução Francesa, em sua tarefa de quebrar todos os poderes independentes – locais, territoriais, urbanos e provinciais – a fim de estabelecer a unificação civil da nação, tinha forçosamente que desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas ao mesmo tempo o âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental. Napoleão aperfeiçoara essa máquina estatal. [...] Finalmente, em sua luta contra a Revolução, a república parlamentar viu-se forçada a consolidar, juntamente com as medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, *ao invés de destruí-la*.” (MARX, 1974c, p. 401, 402, *grifo nosso*)

Referências

ALTHUSSER, L. *Lenine e a filosofia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1970.

ARISTÓTELES. Política. In: ARISTÓTELES. *Poética; Organon; Política; Constituição de Atenas*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p. 141-253.

HOBBSAWM, E. J. *A era do capital, 1848-1875*. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015b.

LENIN, V. I. *Obras escolhidas em três tomos – 1*. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982b.

MARX, K. *A Guerra Civil na França*. Seleção de textos, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels)

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974c. (Coleção Os pensadores; XXXV). p. 329-411.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. Organização e introdução Osvaldo Coggiola; tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx e Engels)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ROSENBERG, A. *Democracia e socialismo: história política dos últimos cento e cinquenta anos (1789-1937)*. Introdução de Gian Maria Rusconi; apresentação de Antonio Roberto Bertelli; tradução Margaret Presser. São Paulo: Global, 1986.